

## **PROFESSORES LEIGOS EM ESCOLAS RURAIS PRIMÁRIAS NO SUL DE MATO GROSSO (1930-1970)**

Alessandra Cristina **Furtado** – UFGD

Kênia Hilda **Moreira** – UFGD

### **Resumo**

Este trabalho apresenta um recorte da história da educação rural brasileira, trazendo para análise a questão do professor homem, leigo, no ensino rural primário, no Antigo Sul de Mato Grosso, no período de 1930 a 1970. Mais precisamente, objetiva-se apresentar a atuação profissional de dois professores leigos, no caso, o professor João Pantalhão Dourisbure e o professor Lourival Barbosa. O recorte temporal entre as décadas de 1930 a 1970 justifica-se por marcar o período de atuação dos dois professores selecionados para esse estudo. A pesquisa orienta-se na perspectiva da Nova História Cultural, aliado a um referencial teórico da História, História da Educação, entre outros. Pretende-se registrar essa história por meio de mensagens de governadores, relatórios, cadernos, fotografia, nomeação, certificados, entrevistas, entre outras. Os resultados apontaram que apesar das dificuldades, esses dois professores leigos exerceram um importante papel na escolarização das crianças dessa região do Sul de Mato Grosso e deixaram as suas marcas na história da profissão docente no meio rural.

**Palavras-chave:** Professores Leigos. Escolas Rurais. Ensino Primário. Sul de Mato Grosso.

## **PROFESSORES LEIGOS EM ESCOLAS RURAIS PRIMÁRIAS NO SUL DE MATO GROSSO (1930-1970)**

Objetiva-se apresentar um recorte da história da educação rural brasileira, trazendo para análise a questão do professor homem, leigo, no ensino rural primário, no Sul de Mato Grosso, no período de 1930 a 1970. Mais precisamente, objetiva-se apresentar a atuação profissional de dois professores leigos: o professor João Pantalhão Dourisbure, que lecionou entre as décadas de 1930 até 1960, na Escola Corralito, em Patrimônio União, distrito do município de Ponta Porã, extremo sul do estado de Mato Grosso; e o professor Lourival Barbosa, que lecionou entre as décadas de 1950 a 1970, em escolas rurais primárias, pertencentes aos distritos de Indápolis e Fátima do Sul, no Sul do estado de Mato Grosso, em regiões marcadas pela Marcha para Oeste.

Para tanto, destacamos, de antemão, as características em torno da formação de professores e professores leigos, e da escola rural no referido recorte tempo-espacial. A delimitação geo-temporal engloba, portanto, o período de atuação dos dois professores selecionados. No entanto, outra justificativa para esse recorte, como afirmou Alencar (1993, p. 190) é o fato de que até 1970, aproximadamente, docentes leigos serem a única alternativa de educação escolar para crianças da zona rural.

Utilizamos-nos de fontes ordinárias para apresentar a trajetória dos professores, além da história oral. Como fontes ordinárias destacamos cadernos, fotografia, nomeação, certificado, etc., como parte de um acervo particular. Como fontes orais, fizemos uso de entrevistas.

Entre as fontes oficiais, destacamos as mensagens de governadores, relatórios diversos sobre a instrução pública no estado, leis e decretos. Tais fontes contribuíram, principalmente, para compreender os cursos de formação de professores e a presença da escola rural no sul de Mato Grosso entre 1930 e 1970.

Como anuncia Julia (2001) ao afirmar que o historiador audaz é capaz de fazer “flecha com qualquer graveto”, nosso intento é apresentar, com base nas esparsas e diversificadas fontes localizadas, um recorte da história da educação rural no Brasil, com ênfase para a fronteira sul de Mato Grosso, entre 1930 e 1970.

Trata-se, portanto, de uma investigação no âmbito da Nova História Cultural, que tem influenciado a História da Educação Brasileira nas últimas décadas, ao permitir uma nova forma de ver e escrever a História, oriunda de uma visão ampla sobre o uso das fontes. Sua influência na História da Educação fez com que a pesquisa nesta área passasse a se centrar em novos domínios, como afirma Carvalho (1998).

Entre os novos domínios, destacamos a educação rural, como tema recente na História da Educação Brasileira. Como aponta Bastos (2010, p. 7), os estudos sobre “a educação rural e a formação de professores permite preencher uma lacuna da história da educação na América Latina e, especialmente, no Brasil”. E adentrar nesse campo de estudos, que permaneceu à sombra na historiografia educacional, “permite vislumbrar as particularidades e as experiências que foram realizadas para atender a população rural, muitas vezes excluída das políticas governamentais” (BASTOS, 2010, p. 7).

Para apresentar nossas análises dividimos o texto em duas partes: a primeira aborda o ensino primário no sul de Mato Grosso entre as décadas de 1930 e 1970, com ênfase na educação rural e na formação de professores, e a segunda trata da trajetória dos dois professores leigos, no recorte tempo espacial delimitado.

## **1 Escola primária rural e a formação de professores no sul de Mato Grosso entre 1930 e 1970**

A história da formação de professores primários na parte Sul de Mato Grosso é marcada pela instalação tardia de Escolas Normais. A Escola Normal de Campo Grande, segunda no estado, foi criada vinte anos após a instalação da primeira Escola Normal em Cuiabá. Além disso, apresentava condições precárias de funcionamento e falta de professores diplomados para atuar no ensino primário, sobretudo nas escolas rurais primárias.

Sobre os professores para as escolas rurais, no relatório de inspeção dos diversos estabelecimentos de ensino na zona sul do Estado, de agosto de 1931, o Diretor Geral da Instrução Pública, Franklin Cassiano da Silva propõe, para melhorar a situação da educação escolar na região: o “aumento de atribuições da Diretoria Geral” para que possa, dentre outras coisas, “nomear professores interinos para as escolas rurais” e que “seja permitido aos leigos a inscrição ao concurso, em falta de professores diplomados, para preenchimento efetivo das escolas rurais”. (MATO GROSSO, Relatório ..., 1931, p. 12).

Em 1937 o ensino público e particular do Estado compreendia o ensino superior, o secundário, o profissional, e a instrução primária, afirma o Cap. Manoel Ary da Silva Pires, em mensagem de 13 de junho de 1937. Além dos grupos escolares e escolas reunidas nas principais cidades, a instrução primária era ministrada ainda em 227 escolas isoladas primárias estaduais “espalhadas pela vasta extensão territorial desta gigantesca porção de terra brasileira”, sendo 55 urbanas; 20 distritais; 152 rurais. Destaca-se o grande número de escolas isoladas rurais.

E ainda, as escolas municipais, somavam 38, sendo: 7 urbanas; 9 distritais e 22 rurais. Entre as 97 escolas particulares de instrução primária e secundária em todo o Estado, 64 eram urbanas; 6 distritais; e 27 rurais. (MATO GROSSO, Mensagem ..., 1937). No caso das escolas privadas, as rurais não eram maioria, o que indica um baixo retorno econômico, seja pela carência financeira dos alunos, seja pelo pequeno número de alunos nas zonas rurais.

Sobre a formação de professores, em 1937 as Escolas Normais foram fechadas em consequência da reforma estabelecida no governo de Júlio Strübing Müller (1937-1945). Desde o Decreto n. 112 de 1937 a formação de professores passou a ser feita “depois do curso

secundário, em um ano de estudos especializados, em organização anexa ao Liceu Cuiabano”<sup>1</sup>. A partir de 1939 essa reforma também se efetivou na Escola Normal de Campo Grande<sup>2</sup>. Nesse sentido, “os quadros de pessoal dos cursos especializados para professor (curso de formação do magistério) foram unificados com os do Liceu Cuiabano e Liceu Campograndense”. (MATO GROSSO, Regulamento..., 1942, p. 4).

A Escola Normal de Campo Grande permaneceu fechada por sete anos. No governo de José Marcelo Moreira (1946-1947) ela foi restituída oficialmente, por meio do Decreto-Lei n.º 834, de 31 de janeiro de 1947, que a organizou em dois ciclos, de acordo com as prescrições estabelecidas pela Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946.

Ainda no governo de José Marcelo Moreira foi elaborado o Regulamento das Escolas Normais do estado, promulgado pelo Decreto n.º 287, de 26 de março de 1947, que determinava:

Art. 1 – o ensino normal tem por fim:

- Promover a formação do pessoal necessário às Escolas primárias do Estado.
- Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas.
- Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

Art. 2 – O ensino ministrado pelas Escolas Normais do Estado será gratuito e facultado a ambos os sexos<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Antes de responsabilidade da Escola Normal Pedro Celestino, a formação do professor primário em Cuiabá passou a ser feita no curso especializado para professores no Liceu Cuiabano (Decreto n.º 112, de 29/12/1937).

<sup>2</sup> Em 1939 a Escola Normal Estadual de Campo Grande passou a funcionar anexa ao Liceu Campograndense (Decreto n.º 229, de 27/12/1938).

<sup>3</sup> Fonte: Mato Grosso. Governo do Estado (1947). *Decreto-Lei n. 287, de 26 de março de 1947*. Diário Oficial, Cuiabá, 31 de março de 1947, ANO LVI. Arquivo Histórico de Mato Grosso/ Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados.

Pode-se afirmar que durante esse governo o Ensino Normal em Mato Grosso conheceu um processo de reabilitação e propagação. A esse respeito, Marcílio (1963) ressalta que a partir desse processo se implantaram ações políticas, concedendo ao setor privado o Ensino Normal e delegando a formação de professores, principalmente, ao setor confessional. Foram tais ações políticas que desencadearam a instalação, no sul de Mato Grosso, da Escola Normal anexa ao Ginásio Maria Auxiliadora, pertencente à Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, ala feminina da Ordem Salesiana, em Campo Grande, e outra Escola Normal privada, também mantida pelas Irmãs Salesianas, em Corumbá. E, em 1949, a criação da Escola Normal de Aquidauana.

Em 1950, no estado de Mato Grosso, o número de escolas apresentou um aumento significativo, ficando assim divididas: 705 escolas isoladas, 39 grupos escolares e 37 escolas reunidas, todas estaduais; 96 escolas municipais, com matrículas de 2. 657 alunos matriculados e 91 escolas particulares com contingente de 6. 618 alunos matriculados. Como se pode observar, o número de escolas isoladas, modalidade da qual a escola rural primária fazia parte, era predominante no Estado. Em realidade, eram as escolas rurais primárias que mais se despontavam em número de crescimento em Mato Grosso. Em 1956, por exemplo, o número de escolas rurais apresentava maior expansão em Mato Grosso, conforme se pode observar na Tabela 1.

<b>Modalidades de Escola</b>	<b>Número de Escolas</b>
Grupos Escolares	49
Escolas Reunidas	36
Escolas Rurais	1085
Escolas Urbanas	09
Escolas Noturnas	01
Escolas Regimentais	10
<b>Total</b>	

**Tabela 1:** Número de Escolas Mato-Grossense em 1956.

**Fonte:** MATO GROSSO, Mensagem..., 1956.

Neste período, Mato Grosso contava com 1.853 professores na rede estadual. Em mensagem, o governador do estado ressalta que é lamentável o grau intelectual da maioria dos docentes do estado.

Apesar do processo de reabilitação e propagação do Ensino Normal, durante o governo de José Marcelo Moreira, a Escola Normal de Campo Grande ainda permaneceu funcionando em condições precárias até o final da década de 1960 e início de 1970. Acrescenta-se a isso, a falta de professores diplomados na Escola Normal, sobretudo para atuar nas escolas das áreas rurais, nos anos de 1950 a 1970.

Em relação à formação do professor, a mensagem enviada à Assembléia Legislativa no ano de 1952, pelo governador Fernando Corrêa da Costa registrava que essa situação afetava, principalmente, a educação rural.

Cumprir observar que, por força desses pressupostos, as Escolas Normais apresentam frequência mínima em relação a outros estabelecimentos. O elemento masculino, aqui no Estado, desertou completamente dessa disciplina.

Somos forçados a reconhecer que o ensino em Mato Grosso está sofrendo uma perigosa involução, um ressaltante retrocesso. É verdade que para as escolas das cidades especialmente das que oferecem melhores condições de conforto e de progresso, ainda se obtém professora, o que não se registra quando se trata de preenchimento das unidades rurais. Diante dessa contingência, as mais das vezes, vemos guindados à posição de professor criaturas semi-analfabetas (MATO GROSSO, Mensagem..., 1952).

Embora a formação de professores das áreas rurais fosse um problema enfrentado por todo o estado de Mato Grosso, as Mensagens de Governadores (1930-1960) permitiram entrever que essa situação era mais agravante na parte Sul, onde os docentes leigos assumiam, principalmente, as classes de 1ª série. Por tais razões, é importante compreender a implantação de políticas para habilitação dos professores leigos, nos anos de 1960, em nível pedagógico, por meio de metodologia de ensino direto, no período de férias, e indireto, oferecido em período letivo. Neste Estado, a implantação aconteceu por meio da criação do Centro de Treinamento do Magistério (CTM) de Cuiabá.

O CTM de Cuiabá foi criado no contexto da Reforma do Ensino Primário promovida pelo Governo João Goulart, no período de 1963 a 1964. O Plano Trienal de Educação, de João Goulart, “além de estabelecer objetivos para o ensino primário, médio e superior, previa os recursos financeiros e a assistência técnica necessários à implantação de programas de construções de prédios escolares e de recuperação e aperfeiçoamento do magistério” (BRASIL, 1963 apud. FERREIRA, 2010, p. 149). Nesse contexto, o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP) foi criado em 1963, pelo governo federal, com o objetivo de subsidiar os cursos já mencionados, voltados para a habilitação de professores leigos. A partir deste Programa, os recursos se multiplicaram (RODRIGUES, 1985).

O Plano Trienal de Educação de João Goulart pretendia instituir 40 Centros de Treinamento do Magistério em 8 anos, e, talvez, para os 3 anos seguintes, pelo menos 18 destes centros em diferentes localidades do Brasil (FERREIRA, 2010). No caso de Mato Grosso, a instalação do CTM de Cuiabá fez-se em um período de extrema necessidade e urgência para o Estado. A esse respeito, o ex-secretário estadual de Educação e Saúde de Mato Grosso, Humberto Marcílio, anunciava que “em 1963, mais de 60% dos professores primários que atuavam no Estado não tinham formação adequada” (MARCÍLIO, 1963, p. 214). Hermes Rodrigues de Alcântara, titular da pasta de Educação e Saúde de Mato Grosso, em 1963, também manifestava a sua preocupação com a questão.

Ao iniciarmos a nossa gestão, um dos problemas que nos desafiava, relativamente ao Ensino, era o grande número de professores leigos, efetivados por concurso. [...] O trato diário com os problemas educacionais evidenciou, desde cedo, a necessidade da recuperação daqueles professores que, embora efetivados, não possuem, contudo, um grau suficiente de conhecimentos e de capacidade profissional. (ALCÂNTARA apud MARCÍLIO, 1963, p. 215).

Neste Centro eram oferecidos cursos de especialização em supervisão escolar para professoras normalistas e cursos de aperfeiçoamento para professores qualificados como “leigos”.

Nesses cursos, oferecidos para professoras de diversas partes do Estado, a ênfase recaía sobre a introdução de novas técnicas e

métodos de ensino, além de procedimentos de planejamento educacional e supervisão escolar, considerados inovadores à época (FERREIRA, 2010, p. 146).

No início de seu funcionamento, o centro deparou-se com a dificuldade de contratação de pessoal habilitado. No entanto, para resolver essa situação, foram convocados docentes para realizar cursos de

especialização em matérias do currículo primário e de especialização em supervisão, oferecidos pelo Centro de Treinamento de Belo Horizonte, que funcionava junto ao PABAE<sup>4</sup> (Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar)” (PINHO, 1964, p. 6).

O PABAE (Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar) ficou conhecido por contribuir para consolidar, no campo educacional brasileiro nos anos de 1960, a *perspectiva tecnicista* na análise das questões educacionais. Ao todo, portanto, quase 90 professoras mato-grossenses iniciaram, em 1963, cursos de especialização promovidos pelo “Programa de Recuperação e Aperfeiçoamento do Magistério”, do governo Goulart (PINHO, 1964).

A partir deste período de 1964, com o Golpe Militar, o CTM de Cuiabá passou a concentrar-se mais nas atividades de oferta de cursos de férias a professoras “leigas” e cursos de difusão de novos métodos pedagógicos. Os cursos de férias eram cursos intensivos de aperfeiçoamento do professorado leigo, realizados em Cuiabá. Já os cursos de difusão de novos métodos pedagógicos, com duração de 15 dias, eram oferecidos por uma equipe de professoras especialistas, para professoras de Escolas Normais, Ginásios e Escolas Primárias públicas e privadas, em seus municípios de origem (FERREIRA, 2010).

É nesse quadro, constituído tanto pelas escolas normais quanto pela atuação do CTM de Cuiabá que ocorria a formação dos professores primários em Mato Grosso, ainda no início dos anos de 1970, mas que ainda não era suficiente para atender a toda a demanda de professores que atuavam nas escolas primárias, sobretudo do meio rural do Sul do Antigo Mato Grosso.

## **2 Trajetória dos professores leigos no sul de mato grosso entre 1930 a 1970**

---



O primeiro professor leigo a que nos referimos é João Pantalhão Dourisbure, professor primário de uma escola rural isolada<sup>5</sup> denominada Escola Corralito, em Patrimônio União, distrito do município de Ponta Porã, sul do estado de Mato Grosso<sup>6</sup>, entre as décadas de 1930 e 1960.

Em conversa feita com a terceira de 10 filhos do professor João Pantalhão Dourisbure – Dirce Ávila, mais conhecida como Dona Pequena, nascida em 22 de outubro de 1926, em Corralito, no distrito de Patrimônio União – , seu pai era descendente de franceses, filho de Pedro Dourisbure e Joaquina Dourisbure, nascido em 24 de agosto de 1893<sup>7</sup>.

O professor Dourisbure não possuía formação de normalista, mas foi considerado apto para ensinar, pois tinha bastante conhecimento que fazia com que as pessoas o elegessem para dar aulas para as crianças que viviam em locais distantes da cidade. Assim como grande parte dos docentes de escolas rurais isoladas naquela época, ele era um professor leigo. Como afirma Sá e Sá (2011, p. 38), “qualquer pessoa considerada idônea, dentro dos padrões morais da sociedade, poderia ser professor, institucionalizando o professor leigo”.

Sobre a formação dos alunos, o professor Sobrinho afirma, em entrevista, que levava entre dois a três anos para as crianças aprenderem a ler, escrever e fazer as quatro operações: somar, diminuir, multiplicar e dividir e assim já eram consideradas alfabetizadas. Trata-se da instrução primária rudimentar, prevista no Regulamento da Instrução Pública de 1927, para as escolas isoladas rurais.

No que diz respeito ao pagamento dos professores, o professor Sobrinho lembra que a princípio, ficava a cargo dos pais das crianças e quando não tinham dinheiro, pagavam com mercadorias. “Era comum na época receber mantimentos pelos serviços prestados, já que o dinheiro era difícil e só se tinha dinheiro ao venderem algum produto”.

---

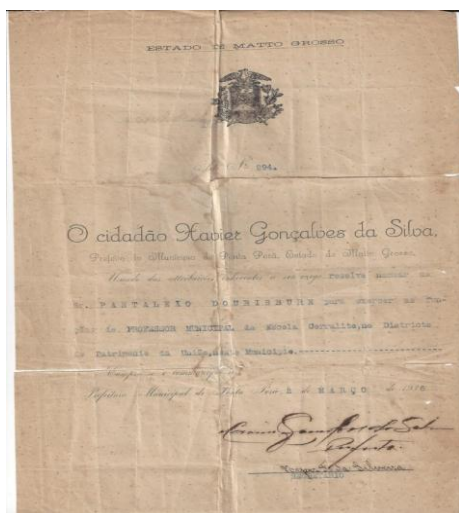
<sup>5</sup>Definição dada às escolas localizadas a mais de 3 quilômetros da sede do município, conforme Regulamento da Instrução Pública de 1927.

<sup>6</sup>Justifica-se o nome de “Patrimônio União” porque desde o início da construção do povoado, nos idos de 1900, eles sempre se reuniam para tratar dos interesses em comum. Assim sendo, eles se chamavam de “Patrimônio União” ou “Vila União”. Porém, por sugestão dos técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1945, quando estudavam a demarcação do então “Território Federal de Ponta Porã”, o nome da cidade foi mudado. O intuito era evitar duplo sentido. Foram apresentadas três proposta de nomes: “Ervanópolis”, “Valenciópolis” e “Amambai”. A última foi escolhida como forma de valorizar a cultura indígena local, denominada Amambai, em documentos circulares desde 1914, como afirma Sobrinho (2009).

<sup>7</sup> Informação comprovada pelo Diário Oficial na figura 4.

João Pantalhão Dourisbure trabalhava de manhã no armazém de Corralito, onde vendia produtos alimentícios para as pessoas que trabalhavam nas fazendas e não podia ir à cidade fazer suas compras, e no período vespertino era professor na Escola Corralito, cargo para o qual foi nomeado pela prefeitura municipal de Ponta Porã, em 1936, como evidenciado pelo documento apresentado na figura 1, com transcrição ao lado:

Figura 1 – Documento de nomeação de João Pantalhão Dourisbure como professor



ESTADO DE MATO GROSSO

Acto Nr.294.

O cidadão Xavier Gonçalves da Silva, Prefeito do Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso.

Havendo das atribuições referentes a seu cargo, resolve nomear ao Sr. *PANTALHÃO DOURISBURE*

*para exercer as funções de PROFESSOR MUNICIPAL da Escola Corralito, do Districto de Patrimônio da União, neste Município.*

Cumpre-se e comunique-se.

Prefeitura Municipal de Ponta Porã, 2 de *MARÇO* de 1936.

Fonte: Acervo particular Prof. Sobrinho

Até 1943, com a criação do Território Federal de Ponta Porã<sup>8</sup>, escolas isoladas rurais que contavam com um número maior de alunos tiveram seus professores nomeados pela prefeitura de Ponta Porã. O Território Federal de Ponta Porã assumiu todas as escolas municipais, implantando diretrizes a serem seguidas e periodicamente realizavam cursos de aperfeiçoamento para os professores da região.

Primeiramente, os professores faziam o curso de aperfeiçoamento e depois apresentavam o diário de lições, que era um plano de ensino que seria desenvolvido durante o ano letivo, o qual era assinado pelo inspetor escolar. (SOBRINHO, 2009, p.187).



Figura2 – Sala de curso de aperfeiçoamento (1945? <sup>9</sup>)

Fonte: Acervo Particular Prof. Sobrinho

A figura 2 apresenta uma foto dos professores que participavam do curso de aperfeiçoamento, na qual o professor João Pantalhão Dourisbure fazia parte. (É o terceiro em pé, da direita para a esquerda). Eles tinham que se preparar para uma nova modalidade de ensino a ser seguidos já que agora pertenciam a uma Inspeção de Ensino e precisavam estar habilitados para atender ao novo regulamento da escola pública, no contexto da Era Vargas.

Em março de 1952, João Pantalhão Dourisbure é aprovado nos exames para ingresso no magistério, como demonstra o Certificado de Habilitação, Registrado no Departamento de

---

<sup>8</sup>O Território Federal de Ponta Porã criado em 1943 abrangia os municípios de Dourados, Bela Vista, Miranda, Maracaju, Nioaque, Ponta Porã e Porto Murtinho. Esses municípios estiveram indiretamente subordinados à União, durante o período em que o Território existiu.

<sup>9</sup>A data de 1945 foi estimada com base em Sobrinho (2009, p. 188) a partir da imagem do “livro de ouro de autógrafos do curso de aperfeiçoamento de professores” que pertenceu ao professor João Pantalhão Dourisbure. Com os dizeres: “Livro de ouro de autógrafos. Lembrança grata do curso de aperfeiçoamento do professor primário na divisão de educação e cultura territorial de Ponta Porã 15-2 de 45 a 7 de - 4 - 45”.

Educação e Cultura, sob n. 8 a fls. 2 do livro A. Cuiabá, 30 de abril de 1952, apresentado na figura abaixo:

Figura 3 - Certificado Habilitação no Magistério de João Pantalhão Dourisbure (1952)



Fonte: Acervo particular Prof. Sobrinho

Outro comprovante desse concurso é a publicação no Diário oficial do Estado de Mato Grosso, República dos Estados Unidos do Brasil, do ANO LXI, Cuiabá quarta feira, 12 de março de 1952, com o resultado do concurso do Magistério Primário. No jornal consta o nome do professor João Pantalhão Dourisbure aprovado no concurso para assumir a função docente com média final 59.

Figura 4 – Capa e página 2 do Diário Oficial de Mato Grosso (1952)



Fonte: Acervo pessoal do professor Sobrinho.

Além de João Pantalhão Dourisbure, foram aprovados outros seis professores no município de Amambai, com a seguinte classificação:

MUNICÍPIO DE AMAMBAI - PROFESSORES LEIGOS:	PONTOS GANHOS:
José Darcy Guazin	75
Felisbino Pires de Arru	70
Olga de Sampaio Ferraz	70

Domici Peixoto Albuquerque	66
João Pantalhão Dourisboure	59
Maria Adellina de Oliveira	59
Benigno Nardis de Vasconcelos	50

*Diretoria do Departamento de Educação e Cultura em Cuiabá, 6 de março de 1952.*

Tivemos acesso a cinco cadernos do professor João Pantalhão Dourisboure. Nesses cadernos, há conteúdos que parecem ter sido escritos para o uso dele como professor, entre as décadas de 1930 e 1960. Os cadernos analisados são portadores de conteúdos e de formas de se ensinar esses conteúdos, considerando, conforme Vidal e Faria Filho (2005, p. 24), “que não há prática escolar desligada das condições materiais de sua efetivação” e que o caderno é “produto da cultura escolar, de uma forma determinada de organizar o trabalho em sala de aula” (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 22).

Ficaram evidentes as dificuldades de acesso a livros, cadernos e materiais didáticos por parte do professor leigo da escola rural “Corralito”. Os cadernos foram analisados como alternativas criadas pelo professor para amenizar a escassez de materiais escolares.

Sobre o conteúdo escrito nos cadernos, destacamos vestígios de características marcantes da Era Vargas. As aulas de História e Geografia eram revestidas de um conteúdo ideológico e transmitidas, dentre outras formas, por meio de poemas, que valorizavam símbolos pátrios, contribuindo para o sentimento nacionalista.

A ênfase nos conteúdos de gramática da Língua Portuguesa, correspondendo à grande parte dos cadernos do professor João Pantalhão Dourisboure, suscita ao cumprimento dos decretos de proibição de outra língua que não fosse a portuguesa durante a Era Vargas, em especial, considerando a região de fronteira onde se localizava a Escola Corralito, no extremo sul de Mato Grosso, próxima ao Paraguai e com a presença constante de índios guaranis, fatores considerados ameaçadores da nacionalidade ditada à época.

Outra evidência foi a preocupação em reforçar a importância do trabalho, essencial para as relações sociais e a construção do país no período Estado-novista. Além disso, a ênfase na valorização do trabalho nos leva a considerar a relação de oposição e negação da sociedade letrada aos modos de vida do índio, presente naquela região, como gente preguiçosa e avessa ao trabalho produtivo.

Por fim, destacamos o conteúdo de cartas em dois dos cadernos do professor João Pantalhão Dourisbure, considerando que as cartas serviam de modelo para as aulas do professor, observamos a carta como o meio de comunicação mais utilizado naquela época, justificando sua importância enquanto parte do conteúdo escolar, moldando as práticas do processo de ensino-aprendizagem.

O outro professor é Lourival Barbosa. Nascido em 30 de abril de 1934, em Alagoas. Filho único do casal Manoel Barbosa e Ana Maria Delgado Pereira Barbosa. Morou em Alagoas até os 5 anos de idade e em 1939 mudou-se com a família para o estado de São Paulo, para uma localidade próxima a Presidente Prudente. Nesta época, Getúlio Vargas estava no poder e o pai de Lourival ganhou um lote de terra no Oeste de Santo Expedito. Assim, ele viveu no interior de São Paulo por um período de 13 anos. Em 1950, o pai, influenciado por alguns parentes, achou por bem vir morar neste Estado para juntar-se a eles. O pai de Lourival conseguiu um lote de terra na área da Colônia Nacional Agrícola de Dourados (CAND).

Diante de tais circunstâncias, a vinda da família do professor Lourival para a área da Colônia Agrícola foi motivada pela questão da terra, desencadeada pela política de povoamento e interiorização do Brasil de Vargas, nos anos de 1940, conhecida como Marcha para Oeste.

A instalação da Colônia Nacional Agrícola de Dourados ocorreu em 1946. A área dessa Colônia era de 409.000 hectares e possuía aproximadamente 10 mil famílias. A distribuição e titulação dos lotes foram feitas de forma que impedisse que os mesmos fossem vendidos antes de 12 meses. A referida Colônia atraiu para a região muitas levas de imigrantes e brasileiros que cultivavam café. Com a criação da CAND, vieram companhias de colonização privadas que acabaram adquirindo extensas áreas e as loteavam com inspiração nos modelos de colonização paulista e paranaense.

A CAND também teve uma participação importante na educação pública de Dourados. A esse respeito, Gresseler (1988) assinala:

Em 1946, o Decreto Municipal nº 70 estabelecia o regulamento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e, no seu art. 22, determinava a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, com frequência obrigatória, e, no artigo 38, estabelecia multa de Cr\$ 100,00 para pais de menores não frequentes e “comparecimento intermédio da autoridade policial”. Estabelecia-se, assim, a política de oferta e regulação da educação pública municipal voltada para a área rural. (GRESSELER, 1988, p. 19)

Isso permitiu entrever que a instalação da Colônia favoreceu o crescimento da escola primária no Sul de Mato Grosso, uma vez que ela se propunha a ofertar o ensino primário, tornando-o obrigatório e gratuito aos filhos dos colonos. Tal situação acabava por demandar ainda mais um número de professores para dar aulas nessas escolas, em uma localidade que já carecia de docentes habilitados e tinha que contar com um número significativo de professores leigos, com pouca formação escolar e sem ter o mínimo de experiência, sobretudo, para a alfabetização de crianças.

Foi justamente neste contexto que ocorreu o ingresso de Lourival na carreira docente, como professor leigo em escolas inicialmente mantidas pela CAND. O ingresso se deu por interesses próprios, em decorrência da necessidade da população local pelo ensino escolarizado para os filhos e também pelas condições de trabalho oferecidas na área da CAND, aos filhos dos migrantes. A esse respeito, Lourival relatou:

Eu não queria trabalhar na lavoura, pois já tinha um pouco de estudo. Por isso, e com o incentivo de amigos, em 1952, fui até a sede da Colônia e pedi um emprego de professor. Neste mesmo ano, fui contratado e comecei a trabalhar como professor leigo no Núcleo Colonial de Dourados, na Escola Rural Mista do Potrerito. Em agosto de 1955, fui nomeado para assumir a Escola da Subsede de Vicentina. Fiquei nesta Escola até o início de 1956, quando arrumei uma professora para ficar em meu lugar, que era esposa do farmacêutico de Vicentina. De 1952 a 1955, fiquei como professor contratado pela Colônia Nacional de Dourados. A partir de 1956, quando a Colônia deixou de manter as escolas e elas ficaram a cargo do Estado de Mato Grosso, passei a ser professor do Estado.

Outro aspecto que também favoreceu o ingresso de Lourival na carreira docente foi o fato de já possuir um pouco de estudos. É oportuno esclarecer que o critério que prevalecia para a escolha de candidatos para ocupar a função de professor era ter frequentado algum tempo a escola. Ter algum estudo indicava a aquisição das habilidades de ler, escrever e contar, saberes considerados suficientes para ensinar crianças.



Lourival iniciou no magistério como professor leigo de escolas primárias rurais, em localidades isoladas, ou seja, longe do centro urbano e das condições de acesso a pessoas ou meios que pudessem auxiliá-los no preparo das aulas. Em realidade, eles ensinavam sem ter recebido qualquer orientação pedagógica. Sobre esse assunto, Lourival lembra:

Eu preparava minhas aulas por conta própria e tinha o meu próprio método. Eu comprava os meus livros e minhas revistas tudo para pensar as minhas aulas. Eu ficava até ouvindo o rádio à noite para pensar em minhas atividades da escola. Eu que preparava as minhas atividades e todos os materiais das aulas, tudo sozinho. Mamãe sempre dizia que eu ia dormir muito tarde, mas eu ficava pensando e preparando as minhas aulas (...) Eu já fui um professor por vocação. Eu trabalhei por anos e nem pensava de ir lá receber o meu salário. O meu ideal era sempre melhorar a minha maneira de ensinar. Eu durante as férias ficava pensando no que eu deveria melhorar. Eu ficava pensando em minhas falhas, onde será que errei com aquele aluno. Embora professor leigo, eu queria melhor sempre.

O relato de Lourival permite entrever que as orientações didático-pedagógicas como professores leigos foram recebidas apenas quando eram docentes contratados pela Colônia Agrícola, uma vez que essas prescrições terminavam quando se tornaram professores do Estado. Apesar de essas orientações fugirem da realidade de Mato Grosso, conforme narrou Lourival, elas constituíram um dos poucos momentos em que receberam algum tipo de guia ou material, que oferecia algum embasamento para o desenvolvimento das aulas.

É inegável que a experiência desses docentes nas salas de aulas do ensino primário permitia, mesmo sem subsídios, o desenvolvimento de um importante trabalho nessas localidades. Como se pode observar pela narrativa de Lourival conseguiam oferecer um ensino de qualidade, preparando os alunos até para o prosseguimento dos estudos após o término do ensino primário.

Na maioria das vezes, os professores leigos vivenciavam uma experiência pedagógica cujo saber produzido se fundava nas práticas desenvolvidas a partir da sua própria experiência escolar, baseadas nos modelos vividos no período em que eram alunos. Desse modo, esses docentes acabavam mobilizando os saberes adquiridos até então, em suas vivências e experiências dentro da sala de aula. Conforme adverte Nóvoa (1997, p.25):

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos, ou técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar estatuto ao saber da experiência.

Essas afirmações de Nóvoa (1997) possibilitam, principalmente, pensar na atuação de Lourival, que sempre procurava refletir sobre suas práticas em sala de aula, com o objetivo de melhorar seu trabalho docente. Afinal, o professor é construtor a partir do momento em que reflete sobre suas ações e as vivencia, dando conta de um processo formador. Segundo Josso (2004), o professor desenvolve um processo autoformador quando a vivência refletida passa a ser experiência. Isso era o que fazia Lourival, na medida em que refletia sobre suas vivências e práticas. A partir de suas experiências com os alunos, ele construía sua identidade como professor e, assim, acabava criando os próprios métodos de ensino.

De modo geral, pode-se dizer que esses professores leigos se constituíram professores na e pela prática, ou seja, tornaram-se professores a partir das práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano da escola com vistas a oferecer um ensino formal para as crianças da comunidade.

Apesar dos obstáculos, esses professores desenvolviam um trabalho comprometido, investiam na metodologia, oferecendo atividades variadas para que os alunos sentissem entusiasmo em aprender. O relato de Lourival permitiu verificar que, tanto para os pais quanto para os filhos, esses professores eram considerados como autoridade na localidade, sobretudo por possuírem um pouco mais de estudo. Em realidade, eles eram vistos como pessoas cultas daquela comunidade rural, com a capacidade de transferir conhecimentos.

Mesmo que os desafios se fizessem constantes, o depoimento de Lourival revelou que ele gostava da profissão, por isso buscava experimentar métodos próprios de ensino, sempre com o objetivo de ensinar da melhor maneira possível. Parece que isso lhes trazia satisfação, sensação de recompensa e de dever cumprido com as crianças daquela comunidade rural.

Lourival atuou boa parte de sua vida como docente leigo, pois a formação em cursos regulares de formação de professores ocorreu muitos anos depois de iniciar na carreira docente: no caso de Lourival, na década de 1970, mais precisamente, em 1974, quando terminou o curso de Magistério na Escola Imaculada Conceição de Dourados.

## **Considerações finais**

Este trabalho permitiu, entre outros aspectos, mapear instâncias fundamentais para entender os itinerários da atuação e do trabalho de professores no Sul de Mato Grosso, nas áreas rurais, onde o professor leigo era a única alternativa para a escolarização de crianças.

Ainda que as condições de trabalho desses professores leigos fossem precárias, marcadas pela falta de infraestrutura e manutenção dos espaços escolares, ausência de materiais didático-pedagógicos, falta de materiais escolares para os alunos, demora no pagamento dos professores, entre outras. Apesar dos obstáculos, esses professores desenvolviam um trabalho comprometido, investiam na metodologia, oferecendo atividades variadas para que os alunos sentissem entusiasmo em aprender, pois as evidências apontaram que estes sujeitos cunharam a sua própria formação dentro de um modelo apropriado para um período histórico específico, com características peculiares de uma época em que cursos específicos de formação docente nem eram cogitados de existir, e, mesmo após mudanças na legislação e a oferta de cursos, nem sequer davam conta da demanda brasileira.

Em suma, apesar de todas as dificuldades, constata-se que os professores leigos exerceram um importante papel na escolarização das crianças dessa região do Sul do Antigo Mato Grosso e deixaram as suas marcas na história da profissão docente no meio rural.

## **REFERÊNCIAS**

ALENCAR, José F. de. A professora leiga. In: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (coords). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.

BASTOS, Maria H. C. “Prefácio: A educação rural e a formação dos professores”. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). *Educação Rural: práticas civilizatórias e institucionalização da formação de professores*. São Leopoldo: Oikos, 2010

CARVALHO, Maria M. C. de (1998). “Por uma História Cultural dos Saberes Pedagógicos”. In: SOUSA, Cynthia. Pereira. de. et al. *Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 31-40.

FERREIRA, Márcia dos S. “O Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá e a profissionalização docente em Mato Grosso”. *Revista de Educação Pública*. Cuiabá: UFMT, vol.19. núm. 30, 2010, p.145-161

JOSSO, Marie C. *Experiências de vida e formação*. São Paulo: Cortez, 2004.

MATO GROSSO, Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Interventor Federal de Mato Grosso – Cap. Manoel Ary da Silva Pires. Cuiabá, 13 de junho de 1937. Cópia GEM-UFMT, 1937.

MATO GROSSO, Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador de Mato Grosso Fernando Corrêa da Costa. Imprensa Oficial. Cuiabá. APMT, CDR-UFGD, 1952.

MATO GROSSO. *Relatório* da Diretoria Geral da Instrução Pública de MT, apresentado ao Secretário Geral do Estado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Franklin Cassiano da Silva. Cuiabá, 29 de agosto de 1931.

MARCÍLIO, Humberto. *História do Ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

NÓVOA, António. Formação de Professores e profissão docente. In A. Nóvoa (coord.) *Os professores e a sua formação*. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

PINHO, P. M. de. INEP: Súmula das atividades desenvolvidas em 1963. *Boletim Informativo CBPE*. Brasil: Brasília, núm. 79, 1964, pp. 1-9.

RODRIGUES, José. Ribamar Torres. *Magistério Leigo Rural do Piauí: Concepções e Práticas*. Dissertação Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1985.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de (Org.); SA, Nicanor. P. (Org.). A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930). In. *Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república*. Cuiabá: EdUFMT, 2011, p. 29-54.

VIDAL, Diana G.; FARIA FILHO, Luciano M. de. *As lentes da história*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 7-39.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Os Cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). *Cadernos à vista, Escola, memória e cultura escrita*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.